

Globalização, desigualdade e pobreza: a insustentabilidade socioambiental do “livre comércio”^{1*}

Roberto P. Guimarães^{2**}

Resumo

O desafio mais importante que a humanidade enfrenta no novo milênio está situado na **qualidade** do crescimento econômico (i.e., o aumento nos níveis de bem-estar social e a redução de desigualdades socioeconômicas), muito mais do que sua **quantidade** (i.e., o simples incremento do produto e da riqueza econômica). Desigualdades sociais, políticas e ambientais, particularmente a pobreza e a ausência de oportunidades e de acesso aos recursos, contribuem à desintegração social e são uma das principais causas da insustentabilidade dos modelos e das práticas atuais de desenvolvimento. Deste modo, enquanto a homogeneização crescente dos padrões de consumo e de produção provocada pela globalização está melhorando lentamente a qualidade de vida para muitos, o incremento excessivo do consumo, e do consumo insustentável, provoca severas pressões sobre a base de recursos naturais e aumenta as desigualdades distributivas, as quais são, por sua vez, transmitidas também às gerações futuras. Sendo assim, tentar uma análise das dimensões sociais que dificultam a emergência de um desenvolvimento sustentável em muitas partes do mundo requer pôr em relevo o aumento das desigualdades econômicas e não-econômicas da última década. Intimamente relacionado a este tema, impõe-se também identificar os mecanismos de transmissão de tais desigualdades em um contexto de globalização assimétrica, particularmente os relacionados com o regime internacional de comércio.

1* O presente documento reúne, em parte, dados e análises publicados em *A encruzilhada da desigualdade*: relatório sobre a situação social no mundo, 2005 (coordenado pelo autor e publicado pelas Nações Unidas, em agosto de 2005, com o título *The inequality predicament*, disponível em un.org/esa/socdev/rwss/rwss.htm). As opiniões contidas na presente versão, que não foi submetida à revisão editorial, são de exclusiva responsabilidade do autor e não comprometem a Organização das Nações Unidas.

2* Administrador Público, Mestre e Doutor em Ciência Política, desempenhou funções na ONU entre 1983 e 2007 (Pesquisador da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Assentamentos Humanos da CEPAL, em Santiago do Chile, e Chefe de Análise Social e Política no Secretariado das Nações Unidas em Nova York), atualmente atua como Coordenador do Núcleo GASA – Grupo de Análises Socioambientais da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro e Professor Visitante do Programa de Doutorado em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Campinas. Entre suas cerca de 200 publicações em 20 países, sobre desenvolvimento político e formulação de políticas sociais e ambientais, incluem-se *The ecopolitics of development in the Third World: politics and environment in Brazil* (Boulder e Londres: Lynne Rienner, 1991, 1994) e *The inequality predicament: Report on the world social situation, 2005* (Nova York: UN DESA, 2005). E-mail: roberto.guimaraes@fgv.br

Palavras-chave: Desenvolvimento, Sustentabilidade, Meio Ambiente, Condições Sociais, Pobreza, Desigualdade, Comércio Internacional, Desigualdade social, insustentabilidade ambiental e comércio

Abstract

The most important challenge faced by humanity in this new millennium is the **quality** of economic growth (e.g., increase in social welfare levels and reduction of socio-economic inequalities), over its **quantity** (e.g., the simple growth of economic product and wealth). Social, political and environmental inequalities, in particular poverty and lack of opportunities and access to resources, increase social disintegration and are one of the main causes of the unsustainability of current models and practices of development. Thus, while the growing homogenization of consumption patterns and production caused by globalization is slowly improving quality of life for some, the excessive growth of consumption, and of unsustainable consumption, leads to severe pressures over the base of natural resources and increases distributive inequalities, which are also passed on to future generations. Consequently, an analysis of the social dimensions which make sustainable development even more difficult all over the world requires a special attention over the increase of economic and non-economic inequalities in the last decade. Directly related to this issue, it is also necessary to identify the mechanisms of transmission of such inequalities in an asymmetric globalization context, particularly those related to the international trade regime.

O desafio mais importante que a humanidade enfrenta no novo milênio está situado na *qualidade* do crescimento econômico (i.e., o aumento nos níveis de bem-estar social e a redução de desigualdades socioeconômicas), muito mais do que sua *quantidade* (i.e., o simples incremento do produto e da riqueza econômica). Desigualdades sociais, políticas e ambientais, particularmente a pobreza e a ausência de oportunidades e de acesso aos recursos, contribuem à desintegração social e são uma das principais causas da insustentabilidade dos modelos e das práticas atuais de desenvolvimento. Deste modo, enquanto a homogeneização crescente dos padrões de consumo e de produção provocada pela globalização está melhorando lentamente a qualidade de vida para muitos, o incremento excessivo do consumo, e do consumo insustentável, provoca severas pressões sobre a base de recursos naturais e aumenta as desigualdades distributivas, as quais são, por sua vez, transmitidas também às gerações futuras. Sendo assim, tentar uma análise das dimensões sociais que dificultam a emergência de um desenvolvimento sustentável em muitas partes do mundo requer pôr em relevo o aumento das desigualdades econômicas e não-econômicas da última década. Intimamente relacionado a este tema, impõe-se também identifi-

car os mecanismos de transmissão de tais desigualdades em um contexto de globalização assimétrica, particularmente os relacionados com o regime internacional de comércio.

A desigualdade na distribuição de renda entre e intrapaíses tem piorado, inclusive para um grupo expressivo de países industrializados. Os esforços de redução têm sido razoavelmente bem sucedidos em algumas regiões e países – especialmente na China e na Índia, enquanto que em outros a pobreza estancou ou se agravou. Entre todas as causas de desigualdade nacional e entre países, com certeza a de maior gravidade tem sido a impossibilidade de encontrar trabalho por parte de uma parcela crescente da população em idade ativa. Pessoas que não conseguem obter um trabalho adequado são incapazes de gerar rendas suficientes para cobrir suas necessidades de saúde, educação e outras necessidades básicas, para si ou para suas famílias, ou de acumular poupança para os tempos de dificuldade econômica.

Muitos países continuam enfrentando, além do mais, profundos obstáculos e desafios não-econômicos que terminam socavando as tentativas de erradicação da pobreza. No nível sociopolítico, tais fatores incluem a exclusão social, a discriminação em suas diversas formas, políticas, étnicas, religiosas, raciais e outras, o que se traduz em ausência de oportunidades e de poder. Situações não-econômicas de desigualdade são também responsáveis pela persistência e aprofundamento de várias formas de desigualdade econômica, especialmente as relacionadas com acesso à saúde e educação. Da mesma forma, as disparidades na saúde, morbidade e mortalidade infantil continuam agudas e refletem as desigualdades de acesso à saúde materna. Desigualdades de gênero ainda persistem também no acesso a educação e a saúde de qualidade. Na maioria dos países incrementou-se a proporção de mulheres incorporadas à força de trabalho, ainda que estas correspondam a uma parcela desproporcionada da população mundial em condições de pobreza e pobreza extrema por causa de seu limitadíssimo acesso aos mercados de terra, trabalho e capitais, e estão limitadas, majoritariamente a trabalhos domésticos sem ou com baixa remuneração.

Revela-se, por tudo isso, politicamente temerário ignorar a desigualdade social na busca de maiores níveis de crescimento econômico, e revela-se igualmente desastroso para a sustentabilidade ambiental. Centrar-se exclusivamente no crescimento econômico e na produção de renda monetária como núcleos de uma estratégia de desenvolvimento, tem demonstrado ser ineficaz. Pode levar ao acúmulo da riqueza por uns poucos, mas às custas da iniquidade e da pobreza da maioria. É desnecessário acrescentar que uma estratégia como essa contraria frontalmente as prioridades éticas em relação às futuras gerações.

Evolução das desigualdades na última década

As políticas de liberalização impulsionadas pelo Consenso de Washington a partir dos anos 1980 estiveram fundamentadas na suposição de que os benefícios de um maior

crescimento econômico seriam filtrados para os pobres. O “consenso” não é mais esse e cresce o reconhecimento de que, independente do quanto se consiga aumentar o produto, a redução da pobreza ou uma melhor e mais equitativa distribuição da renda, de ativos e de acesso a serviços sociais têm êxito quando os governos põem em prática políticas que promovem explicitamente a equidade.

Incremento das desigualdades de renda

Muitos acreditam que esteja acontecendo um incremento moderado na distribuição inter-regional da renda nas últimas duas décadas (Berry e Serieux, 2004; Sala-i-Martin, 2002). Entretanto, uma análise mais acurada revela uma fotografia bem menos positiva. A maior parte da melhoria da renda global explica-se pelo rápido crescimento econômico da China e, em menor medida, da Índia e, ainda assim, uma proporção significativa do avanço dos setores mais pobres ocorreu às custas dos setores de renda média. Além disso, se excluirmos a China e a Índia, os dados mostram que cresceu a desigualdade no mundo, provocado pelo efeito conjunto de maiores desigualdades intrapaíses e os efeitos adversos de um crescimento demográfico mais rápido nos países pobres. Temos que considerar que os 10 % mais ricos do planeta aumentaram sua participação na renda total em 51,6% a 53,4 %, e que aumentou a brecha entre estes e os extratos mais pobres (Bourguignon e Morrison, 2002; Berry e Serieux, 2002).

A renda *per capita* em todas as regiões em desenvolvimento, com exceção do Sudeste da Ásia, tem diminuído em relação aos países de alta renda da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os níveis de renda *per capita* na África Subsaariana diminuíram de 3,3% para 1,9%, no Oriente Médio e no norte da África de 9,7% para 6,7%, e na América Latina e no Caribe de 18% para 12,8%. A diminuição observada nessas taxas foi o resultado não apenas de um descenso em termos absolutos como, também, de que a renda *per capita* das regiões mais ricas cresceu mais rapidamente que a dos mais pobres, aumentando assim a brecha de desigualdade entre países.

Estudos revelam que tampouco houve mudanças na distribuição *nacional* da renda (Gustaffson e Johansson, 1999; Melchior, Telle e Wiig, 2000). De fato, a informação proporcionada pela base de dados das Nações Unidas indica que as desigualdades nacionais de renda na maioria dos países desenvolvidos, em desenvolvimento e de economia central planejada declinaram nas décadas de cinquenta, sessenta e setenta, enquanto que a partir dos anos 1980 essa queda diminuiu sua velocidade ou estacionou, e as desigualdades internas aumentaram mais uma vez (Cornia, 2004; United Nations University/ World Institute for Development Economics Research, 2004). Estudos a partir de diferentes bases de dados chegaram à mesma conclusão, e descrevem um aumento significativo das desigualdades de renda intrapaíses nas duas últimas décadas (Atkinson, 2003; Harrison e Blustone, 1988).

Finalmente, se a desigualdade cresceu na maioria dos países em desenvolvimento, muitos se surpreenderão ao saber que o mesmo ocorreu com um bom número de países industrializados. Apesar das dificuldades para estabelecer comparações rigorosas, em uma amostra de 9 países membros da OCDE, constatou-se que os países pioraram sua distribuição de renda e em alguns, entre estes Finlândia, Reino Unido e Irlanda do Norte, os incrementos de desigualdade foram traduzidos em mais de 10 pontos Gini nas últimas três décadas. Algo parecido ocorreu nos chamados Tigres do Sudeste da Ásia. Se estes haviam sido os exemplos de como harmonizar crescimento econômico e igualdade social nos anos de 1980, desde fins da década, especialmente em 1990 tem-se generalizado o brusco aumento da desigualdade. Em alguns casos, o incremento das desigualdades responde a uma crescente disparidade urbano-rural nas rendas (Atkinson, 2003; Cornia, Addison e Kiiski, 2004).

Historicamente, os níveis mais elevados de desigualdade de rendas tem sido a característica dos países da África, da América Latina e do Caribe. Um estudo da CEPAL mostra que durante as décadas de cinquenta, sessenta e setenta, com muito raras exceções, o Coeficiente de Gini dos países da região tem estado nos níveis mais elevados do planeta, oscilando entre 0,45 e 0,55 (Altimir 1996; Sainz, 2004). Inclusive os países que tinham conseguido uma distribuição mais equitativa da riqueza estiveram entre os que mais sofreram os efeitos das crises econômicas dos anos 1980 e 1990. E assim é que no final da última década foi piorando ainda mais a distribuição da renda na região, e quase todos os países apresentaram elevados coeficientes de Gini (Ocampo, 2004; World Bank, 2004). Além de uma longa história de desigualdade, em muitos países como Bolívia, Brasil e Guatemala, entre outros, a evidência empírica revela que fatores como raça e etnia continuam ocupando um espaço privilegiado para explicar a desigualdade nas oportunidades e na distribuição da riqueza, e as populações indígenas ou africanas percebem rendas entre 35% e até 65% menores que a população branca, e tem uma possibilidade muito menor de aceder a educação e habitação.

Disparidades regionais na redução da pobreza

A nível global, houve um avanço considerável nas últimas duas décadas em matéria de redução da pobreza, e as informações disponíveis sugerem que a proporção da população mundial que vive em extrema pobreza (menos de US\$ 1 por dia) diminuiu consideravelmente entre 1981 e 2001, baixando de 40% para 21%. Entretanto, as estatísticas globais mascaram grandes disparidades regionais e de velocidade nas taxas de redução da pobreza. O importante progresso verificado na China e na Índia tem contribuído majoritariamente para uma fotografia positiva a nível mundial. Como esses países contam com o 38% da população mundial, o rápido crescimento de suas economias contribuiu

para a significativa redução no número de pobres. Estes foram reduzidos de 1.2 bilhões de pessoas em 1990 a 1.1 bilhões no ano 2000 (International Labour Organization, 2004). Não obstante os progressos ocorridos na China e na Índia, em regiões como a África Subsaariana o número de pobres aumentou em 90 milhões de pessoas entre 1990 e 2001. Até nos países do Sudeste da Ásia, que também viram crescer suas economias em taxas consideráveis, a redução da pobreza foi, no melhor dos casos, desigual.

Além disso, enquanto a proporção da população com menos de US\$ 1 por dia decresceu significativamente entre 1981 e 2001 (de 40 para 21%), a proporção dos que vivem com menos de US\$ 2 foi reduzida menos dramaticamente (de 67 para 53%). Na Ásia Oriental somente 15% da população dispõe de menos de US\$1/dia, enquanto os que dispõem de menos de US\$ 2 representam quase a metade da população. Apesar do notável progresso na China, que influenciou as tendências globais, ainda 47% da população não alcançavam US\$ 2 diários em 2001. A menor diminuição da proporção dos que vivem com menos de US\$ 2 reflete o fato de que uma parcela considerável da população mudou desde o estrato de menos de US\$ 1 até esse estrato marginalmente menos miserável. O resultado final, além de outros fatores como as mudanças demográficas, é que houve um incremento nítido no número absoluto de pobres no mundo (Chen e Ravallion, 2000).

Aumento do desemprego e da informalidade

A situação global em matéria de emprego também está caracterizada por profundas desigualdades. Estima-se que entre 1993 e 2003 o número de desempregados aumentou de 140 para 186 milhões, representando 6.2% da população economicamente ativa. No final desse período o número de trabalhadores pobres já alcançava 550 milhões. Enquanto que nos países desenvolvidos a taxa de desemprego diminuiu, de 8% em 1983 a 6.8% em 2003, o oposto aconteceu no mundo em desenvolvimento, com o desemprego aumentando até em 60% na América Latina e no Caribe (International Labour Organization, 2005a).

É importante ressaltar que a taxa de desemprego representa talvez a ponta de um iceberg mais profundo e com fatores mais insidiosos de iniquidade no mundo do trabalho, tais como o tamanho e crescimento da economia informal, salários, qualidade e condições de trabalho. De fato, a maioria dos pobres nos países em desenvolvimento *não* está parada, só que não conseguem remunerações suficientes para tirar suas famílias e a si próprio da pobreza. Frequentemente, estão sujeitos à exploração e à ausência de direitos trabalhistas e de segurança e proteção social. Isso poderia explicar porque quase a metade (49.7%) dos trabalhadores, portanto não-parados “abertos”, recebem menos de US\$ 2 diários, e praticamente uma quarta parte (23.3%) menos de US\$ 1 por dia.

É necessário destacar também que os que trabalham na economia informal se encontram também excluídos de diversas formas de proteção social e trabalhista, excluídos

dos mesmos direitos e garantias que, pelo menos em teoria, atingem aos trabalhadores do setor formal da economia. Em termos globais, o emprego informal representa entre a metade e três quartas partes do emprego, desde 51% no Norte da África e na América Latina e Caribe, até 65% na Ásia e 78% nos países Subsaarianos da África (International Labour Organization, 2005b). Mesmo que uma proporção significativa dos que pertencem à economia informal esteja empregada, o setor informal constitui uma fonte de trabalho para os subempregados do setor formal, ou que não tem possibilidades de garantir fontes seguras e permanentes de emprego. De fato, só o comércio informal, como os vendedores ambulantes, representa entre 30 e 50% do emprego informal urbano (Charmes, 1998).

Incremento de desigualdades não-econômicas

O enfoque tradicional das desigualdades econômicas está limitado freqüentemente aos diferenciais de renda entre e intrapaíses, enquanto importantes dimensões sociais continuam marginalizadas nos dados e nas análises. Os indicadores não econômicos estão relacionados com prioridades como saúde, educação, acesso a necessidades básicas (alimentação, água, saneamento e moradia), e oportunidades para a participação que estão intimamente relacionadas ao status econômico a nível individual, domiciliar e nacional. Na América Latina, por exemplo, onde persistem importantes desigualdades, intra e entre países em matéria educativa, os significativos diferenciais de renda derivados do trabalho são atribuídos a diferentes remunerações trabalhistas segundo níveis de educação (Instituto de Incentivo da Economia Social, 1999). Em geral os que conseguem ter 6 anos de instrução recebem 50% mais de salário que os que não possuem educação formal, e os que conseguiram 12 anos recebem salários duas vezes mais elevados em comparação com o estrato não educado. Além disso, a variável “educação” explica entre 25% e 35% da concentração de renda na região. Apesar de que a educação oferece algum grau de mobilidade intergeracional para diferentes faixas de renda, prevalece a tendência de transmissão da segmentação em matéria de educação entre gerações (de Graaf e Kalmijn, 2001).

A expectativa de vida aumentou de 47 a mais de 65 anos nas últimas cinco décadas, ainda que as estatísticas revelem uma brecha de até 36 anos entre as regiões com menores e maiores expectativas de vida. Houve também importantes conquistas na área da saúde, apesar de que as estatísticas mascaram uma grande diversidade de condições entre países e regiões. Mesmo assim, as estatísticas obscurecem o fato, como resultado das assimetrias que caracterizam a globalização atual, de que os benefícios que chegam aos países e estratos mais pobres representam uma fração mínima dos benefícios produzidos pelo impressionante progresso científico e tecnológico da medicina moderna.

O avanço generalizado da imunização a respeito das doenças mais mortais, responde pelo significativo descenso da mortalidade infantil entre 1990 e 2001, ainda que em me-

nor grau nos países em desenvolvimento, e em muito menor grau nas áreas rurais. Mais e mais mulheres têm acesso a métodos de saúde reprodutiva e de prevenção de gravidez não desejada, reduzindo desse modo as taxas de mortalidade materna. Entretanto, entre todos os indicadores de saúde, a mortalidade materna é a que demonstra as desigualdades mais pronunciadas entre países. Noventa e nove por cento das mortes maternas ocorrem em países em desenvolvimento. Nos países pobres até 30% de mortes de mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos) são provocadas por causas relacionadas com a gravidez, comparativamente com menos de 1% das mortes nos países desenvolvidos. No ano 2000 registraram-se 400 mortes maternas para cada 100.000 nascidos vivos em países pobres, uma taxa 19 vezes mais elevada que a dos países ricos. O risco de morte de uma mãe de um país em desenvolvimento foi de 1 em 61 em 2000, 460 vezes mais elevado que o risco de 1 em 28.000 nos países desenvolvidos (World Health Organization, 2005a).

Desde os anos 1970 a produção mundial de alimentos triplicou, e os preços dos principais cereais diminuíram quase 80%. O planeta, que até então nunca tinha conseguido produzir alimento suficiente para satisfazer as necessidades de uma população que continuava crescendo exponencialmente, nas últimas décadas do século produzia alimentos suficientes para toda a população. Se esta produção fosse distribuída equitativamente no mundo, haveria alimento suficiente para que todas as pessoas pudessem consumir uma média de 2.760 calorias diárias (World Ecology Report, 2005). Mesmo assim o número de crises de desabastecimento alimentar e de emergências alimentarias aumentou em média de 15 por ano durante a década de oitenta a mais de 30 anuais desde 2000. A maioria das crises teve lugar na África, onde o promédio anual triplicou. Em meados de 2004, 35 países experimentaram crises de alimentos que requeriam ajuda de emergência (Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2004).

A má nutrição afeta na atualidade 852 milhões de pessoas no mundo, das quais 815 vivem em países em desenvolvimento, 28 milhões nos chamados “países em transição” (a maior parte, países da ex-União Soviética e Europa Oriental), e 9 milhões no mundo industrializado. Uma quinta parte da população de países em desenvolvimento encontra-se subnutrida (Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2004). A má nutrição é uma das principais causas de mortalidade infantil e responde por quase a metade das 10,4 milhões de mortes infantis a cada ano nos países pobres. Os meninos e meninas que conseguem sobreviver continuam sofrendo os efeitos da má nutrição ou da desnutrição pelo resto de suas vidas, com habilidades cognitivas reduzidas e baixa frequência escolar, baixa produtividade e baixas remunerações, e ficam expostas a doenças e a diversas formas de incapacidades. Em termos econômicos, para cada ano em que a desnutrição permaneça nos níveis atuais, os países em desenvolvimento estarão perdendo US\$ 500 bilhões de rendas não produzidas como resultado das mortes prematuras e das incapacidades (Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2004; World Health Organization, 2005b).

No extremo oposto do espectro alimentício, a supernutrição (o excesso de consumo calórico) transformou-se também em uma pandemia (World Health Organization, 2005a). Hoje em dia existem no mundo mais de um bilhão de adultos com sobrepeso, e pelo menos 300 milhões são clinicamente obesos. Os níveis de obesidade, que estão aumentando dramaticamente em países ricos como Austrália, Canadá, Estados Unidos e Europa, afeta crescentemente os países pobres, como será mencionado mais adiante (Chopra, Galbraith e Darnton-Hill, 2002; Flegal e outros, 1998).

A globalização de padrões insustentáveis de consumo

Os padrões de consumo constituem uma importante medida da exclusão social, ao possibilitar a distinção entre os que têm e os que não tem acesso a recursos, bens e serviços. Isso permite também uma melhor visibilidade aos processos de privação relativa a que estão submetidos certos grupos sociais. Nos últimos 25 anos o consumo dos lares aumentou em taxas anuais de 2,3% nos países industrializados, e de 6,1% nos do Este Asiático, enquanto que na África e em muitos países da América Latina e Caribe o consumo de fato diminuiu 20% no mesmo período (United Nations Development Programme, 1998).

Os 20% mais ricos dos países de rendas mais elevadas representam os 86% do gasto privado total de consumo, enquanto que os 20% mais pobres consomem apenas 1,3%. Ilustram também as desigualdades no consumo o fato que os 20% mais ricos possuem 74% de todas as linhas telefônicas e consomem 45% da carne e do pescado disponível, 58% da energia e 87% do papel, enquanto os 20% mais pobres possuem somente 1,5% das linhas telefônicas, consomem 5% da carne e do pescado, 4% da energia total e menos de 1% de papel (United Nations Development Programme, 1998). Como indicam tais níveis de consumo, os benefícios materiais do crescimento são abarcados de modo avassalador pelos mais ricos dos países ricos. As diferenças substanciais na qualidade de vida entre países desenvolvidos e em desenvolvimento devem continuar nas próximas décadas, mesmo que muitas tendências e projeções sugiram que os níveis de consumo dos últimos deverão aproximar-se lentamente dos primeiros. O consumo conspícuo está se generalizando no mundo, ao lado do desejo de status e de diferenciação social que impele indivíduos de todos os segmentos da sociedade aos objetivos materiais. Por exemplo, os US\$ 35 bilhões gastos anualmente em artigos como perfumes e cosméticos no mundo desenvolvido equivalia à metade da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento em 2004 (Organization for Economic Cooperation and Development, 2003).

Por outro lado, mais precisamente porque os pobres dos países em desenvolvimento tendem a viver em terras marginais, eles se tornam mais vulneráveis aos efeitos da degradação ambiental. Essas áreas possuem um baixo potencial agrícola e são sujeitas a inundações, desmoronamentos, secas, erosões e outras formas de deterioração. Nos anos 1990

mais de 700 mil pessoas perderam a vida por causa de “desastres naturais” (melhor dito, desastres naturais induzidos pela ação humana) e mais de 90% das vítimas viviam em países em desenvolvimento. Somente em 2002, chuvas torrenciais no Quênia deslocaram mais de 150.000 pessoas, ao mesmo tempo em que mais de 800.000 pessoas sofriam os efeitos da pior seca registrada na China em mais de um século (United Nations Environment Programme, 2002; Worldwatch Institute, 2003).

Alterar padrões de consumo constitui, dessa maneira, uma tarefa de extrema dificuldade, ainda que se reconheça a urgência em deter os processos de consumo excessivo, como advertiam as Nações Unidas há mais de 30 anos: “a principal causa da degradação contínua do meio ambiente global é o padrão insustentável de consumo e de produção, particularmente em países industrializados” (United Nations Conference on Environment and Development, 1992).

Desigualdade, globalização assimétrica e comércio

Apesar de que as teorias de “convergência econômica” sugerem que a crescente integração entre países causada pela globalização deveria promover uma maior convergência dos níveis de renda e uma equivalente diminuição nas desigualdades, a evidência empírica parece rejeitar tais suposições. Um número cada vez mais significativo de estudos questiona se a globalização, em seu padrão atual, pode efetivamente contribuir para a redução das desigualdades (Barro, 1991; Barro e Sala-i-Martin, 1992; Ben-David, 1993).

A globalização assimétrica aumenta a distância entre ricos e pobres

Efetivamente, o caráter assimétrico da globalização, longe da “convergência”, tem provocado a segmentação do mundo entre “perdedores” e “ganhadores”. Uma das assimetrias mais importantes tem relação com a própria agenda através da qual a globalização avança. Persiste o contraste entre a velocidade e a força com que avança a globalização econômica e a relativa fraqueza e maior lentidão no progresso dos temas sociais, como, também, o dos mecanismos para proteção dos “bens públicos globais”, políticos, sociais e ambientais (Ocampo, 2005). A agenda econômica global continua dominada por temas de “livre” comércio, proteção da propriedade intelectual, liberalização financeira e de capital, proteção dos investimentos e abertura das compras governamentais a capitais transnacionais. Continuam primando por sua ausência, temas fundamentais para os países em desenvolvimento, que incluem as migrações e a mobilidade do trabalho, a taxação internacional de rendas de capital, os mecanismos financeiros para compensar países e estratos sociais marginalizados, e os mecanismos para garantir a coerência das políticas de estabilidade macroeconômica dos países industrializados e a conseqüente redução da

volatilidade das taxas de câmbio entre as moedas mais importantes. Além disso, as negociações internacionais, por exemplo, sobre os serviços, continuam centradas nos produtos e serviços de interesse para os países industrializados, incluindo os serviços financeiros e de telecomunicações, enquanto as modalidades que são particularmente importantes para os países em desenvolvimento, como a mobilidade internacional do trabalho (especialmente, a do trabalho menos qualificado) continuam sendo negligenciadas (Ocampo e Martin, 2003).

Alguns dos principais desafios que a agenda de negociações apresenta para os países pobres referem-se ao Acordo sobre Aspectos Relacionados com o Comércio de Direitos de Propriedade Intelectual da Organização Mundial de Comércio (os chamados acordos TRIPS). Apesar de que a suposição básica dessa proteção efetiva é que ela aumentaria a inovação e a transferência de tecnologias, a experiência recente sugere que os acordos TRIPS aumentam os custos e, com isso, restringem de fato a transferência tecnológica e ameaçam a capacidade de produção do progresso técnico dos países pobres. A competitividade dos mercados aprofunda essa situação, já que o desejo dos países pobres de atrair investimentos estrangeiros e aumentar suas exportações termina provocando uma “corrida para baixo”. As leis trabalhistas e os regulamentos ambientais são comprometidos para não ameaçar a competitividade internacional dos produtos e serviços desses países, e as pressões de um mercado globalizado diminuem o espaço institucional para promover o desenvolvimento social.

As políticas de liberalização aprofundam a desigualdade entre e no interior dos países

As políticas e medidas de liberalização levadas à prática sob a suposição de melhorar o desempenho econômico, longe de contribuir a uma distribuição mais equilibrada da riqueza, aprofundaram as desigualdades. Dados indicam que até na esfera da OCDE, os países que aplicaram mais estritamente tais políticas são os que também experimentaram aumento das desigualdades (Weeks, 2004). O conjunto desses fatores explica em grande medida as crescentes desigualdades de remunerações entre e intrapaíses (Cornia e Court, 2001). Considerando, além do mais, que os salários constituem aproximadamente 60-70% da renda total nos países em desenvolvimento, as crescentes desigualdades de remunerações representam um componente expressivo da tendência a maiores desigualdades de renda.

Entre as economias industrializadas, a crescente brecha de rendas foi particularmente significativa no Canadá, nos Estados Unidos e no Reino Unido. Nos Estados Unidos, o 1% dos mais ricos abarcava no ano 2000 o 17% da renda nacional, um nível de concentração da riqueza que não se via nesse país desde os anos de 1920. Nos países da OCDE,

nos países em desenvolvimento e nas economias em transição o incremento dos níveis de desigualdade foi semelhante. Mesmo assim, no Brasil e no México, por exemplo, a liberalização provocou a queda dos salários e aumentou a brecha entre as remunerações entre trabalhadores qualificados e sem qualificação. De fato, a liberalização do comércio aumentou a brecha de salários em seis dos setes países latino-americanos para os quais existe informação disponível (Atkinson, 2003; Cornia, 2004; International Labour Organization, 2004; Lindert e Williamson, 2001).

Além da abertura comercial, a liberalização financeira foi uma das características mais destacadas das políticas de ajuste estrutural implementadas a partir dos anos 1980. Estudos do Banco Mundial indicam claramente que as crises financeiras provocaram um impacto negativo no nível da distribuição de salários em geral, e tais efeitos persistiram apesar da recuperação econômica em anos recentes (World Bank, 2000). Outros estudos enfatizam o mesmo para o caso específico da América Latina e do Caribe (Behrman, Birdsall e Szekely, 2000; World Bank, 2004 a). Uma amostra de mais de 60 países comprova, por exemplo, que a desigualdade de salários cresceu 62 e 73% na América Latina e na Ásia, respectivamente (Diwan, 1999; Galbraith e Jiaqing, 1999). Além do mais, a liberalização financeira incrementou o nível de instabilidade e a frequência das crises, particularmente nos países em desenvolvimento. Na verdade, os países que levaram a cabo a liberalização de seus mercados de capitais perderam sua autonomia em matéria de política cambial e monetária, o que por sua vez reduziu seu espaço de manobra para aplicar políticas macroeconômicas anticíclicas (Caprio e Klingebiel, 1996; Ocampo, 2002; Taylor, 2004).

Contrariamente às promessas ideológicas da liberalização e das reformas de mercado impulsionadas nas últimas duas décadas, a experiência concreta pôs a descoberto as falências de perseguir políticas de liberalização econômica às custas das políticas sociais. A análise do impacto dos programas de ajuste estrutural e de reformas para a estabilização macroeconômica impulsionadas pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional aponta para o crescimento da pobreza (Easterly, 2001). Exercícios de avaliação externa do Banco e do FMI revelam que o compromisso assumido para incorporar explicitamente a redução da pobreza e a análise do impacto social em seus programas de reformas e portfólio de empréstimos não se refletiram na prática. Um estudo levado a cabo pelos governos nórdicos sugere que houve apenas uma relação nominal, de discurso, entre os componentes sociais e macroeconômicos dos programas e reformas promovidos pelo BIRD e o FMI (Norwegian Agency for Development Cooperation, 2003). Esses estudos levaram o próprio Banco a reconhecer a existência de uma “brecha de implementação” entre planejamento e ação ou, mais especificamente, uma “ausência de sincronia” entre o discurso e a prática de incorporação de dimensões sociais em programas macroeconômicos (World Bank, 2004b).

Com as políticas de liberalização, as medidas tradicionais com impacto direto na redução da pobreza e da concentração da riqueza, tais como uma política tributária so-

cialmente progressiva ou uma igualmente progressiva distribuição do gasto público tornaram-se menos distributivas na maioria dos países, desenvolvidos e em desenvolvimento (Chu, Davoodi e Gupta, 2000). Além disso, em muitos casos as reformas do setor público favoreceram a transferência da responsabilidade de financiamento dos serviços sociais para o setor privado. Essa tendência significou que os serviços tradicionalmente prestados diretamente pelo Estado ou em forma subsidiada, foram privatizados ou terceirizados com o conseqüente aumento da desigualdade no acesso e na qualidade destes.

A liberalização comercial dificulta um padrão de comércio socialmente sustentável

A crescente interdependência entre atividades econômicas e a base de recursos aumenta tanto as vantagens da provisão adequada de bens públicos globais como as conseqüências negativas de não priorizar sua conservação para as gerações futuras. As tentativas para transformar o conceito de subsidiaridade da ação do Estado diante dos mecanismos de mercado no fundamento da governabilidade com relação aos bens públicos e à gestão dos recursos globais (o “global commons”) só incrementam as dificuldades para uma ação acordada internacionalmente.

No caso da liberalização comercial, a transformação do GATT na atual Organização Mundial do Comércio foi fundamental, aumentando o espectro das negociações comerciais mais além da redução de tarifas e de outras barreiras indiretas no comércio de manufaturas. Muitos outros temas considerados impedimentos para a livre circulação de mercadorias e serviços passaram a estar sob a lupa da OMC. Cabe destacar a respeito disso as importantes restrições provocadas pelas regras da OMC nas políticas nacionais, especialmente as sociais e do meio ambiente, sempre e quando estas são consideradas inconsistentes ou prejudiciais para os acordos de livre comércio (Guimarães, 2004). Qualquer agente, não importa que seja um país ou um interesse privado, pode fazer uso dos mecanismos de resolução de controvérsias da OMC para questionar políticas locais e nacionais de um país membro.

Particularmente reveladora é uma provisão, chave do acordo GATT que estabeleceu a OMC, cristalizada através do parágrafo 4 do artigo 44. É de praxe que “cada país membro deve garantir a conformidade de suas leis, regulamentos e procedimentos administrativos com as obrigações previstas nos acordos do Anexo”, os quais incluem todos os acordos multilaterais relativos ao comércio de bens e serviços e os direitos de propriedade intelectual. As implicações dessa tendência deveriam ser causa de profunda preocupação, especialmente quando se reconhece que qualquer agente pode questionar e provocar a mudança de leis e regulamentos locais e provinciais que se encontram sob as jurisdições nacionais, de governos democraticamente eleitos, mesmo que esses agentes não sejam os que subscreveram os acordos negociados na OMC.

Contrariando o espírito de uma era de crescente transparência, em boa medida graças ao processo mesmo de globalização, o segredo e as decisões por trás do cenário tornaram-se a marca registrada das negociações comerciais. Resumindo, quando uma lei nacional ou local é questionada, o caso é revisto por um grupo secreto diante de um painel com três especialistas em comércio. Os documentos apresentados e o voto dos especialistas são secretos. Apresentações alternativas ou complementarias são submetidas à total discrição do painel. As recomendações finais são automaticamente adotadas após o prazo de 60 dias, exceto se são rejeitadas por voto unânime dos membros da OMC – uma virtual impossibilidade, a não ser que o país beneficiário sofra uma mudança súbita de seus interesses e vote contra um caso que foi trazido à mesa exatamente para beneficiá-lo (Wallach e Sforza, 1999).

Conseqüentemente, um dos desafios mais difíceis em relação às desigualdades provocadas pelo “livre” comércio, assim como este é praticado na atualidade, é resultado da prioridade atribuída à livre circulação de bens e serviços em detrimento da sustentabilidade a longo prazo do crescimento econômico e do desenvolvimento social. Em vez de regular a economia em favor do bem estar social, o que se percebe é a super-regulação social, com o enfraquecimento da política democrática e o “desempoderamento” da cidadania.

Um estudo em profundidade das disputas no quadro do Acordo Norte-americano de Livre Comércio entre Canadá, Estados Unidos e México, entre 1994 e 2000, descreve diversas instâncias muito concretas da disjuntiva assinalada recentemente (International Institute for Sustainable Development and World Wildlife Fund, 2001). Um dos casos mais conhecidos foi, talvez, o de Methanex *versus* Estados Unidos, no qual Methanex, uma empresa canadense que produz metanol, um dos elementos constitutivos do MTBE – um aditivo à gasolina – demandou os Estados Unidos por um bilhão de dólares. Essa disputa teve origem com uma decisão do governo da Califórnia, em março de 1999, de proibir o uso de MTBE em toda a gasolina vendida no estado a partir do dia 31 de dezembro de 2002. Esse aditivo, suspeito de provocar câncer, vazou dos tanques de combustível até as fontes de água potável. A demanda interposta por Methanex balançou de tal forma os fundamentos das leis destinadas à proteção da saúde pública que, em junho de 1999, os três ministros da saúde dos países membros do NAFTA reuniram-se coletivamente na Comissão para a Cooperação Ambiental e emitiram uma declaração reafirmando o direito soberano de cada governo proteger seu meio ambiente. Desgraçadamente, quando são os interesses dos países ricos que questionam as leis dos países em desenvolvimento, não se tem notícias de semelhantes encontros e declarações de ministros desses países.

Além disso, pesquisas sugerem que a proliferação de tratados de livre comércio entre países pode produzir ainda mais desigualdade. Um estudo do Banco Mundial estima, por exemplo, que um amplo acordo global de comércio produziria um incremento de renda mundial de US\$ 263 bilhões no ano 2015, com os países em desenvolvimento recebendo

uma parcela de US\$ 109 bilhões do total. Entretanto, se todos os países em desenvolvimento prosseguem com a tendência dominante de assinar acordos bilaterais com os maiores agentes do comércio global, a saber, Canadá, Estados Unidos, Japão e União Européia, a renda global aumentaria menos da metade, ou US\$ 112 bilhões. Pior ainda, nesse caso os países em desenvolvimento, em vez de beneficiar-se, perderiam US\$ 21 bilhões líquidos e os países mais ricos aumentariam suas rendas totais em US\$ 133 bilhões, aprofundando ainda mais as desigualdades produzidas no esquema atual no contexto da OMC (World Bank, 2004 c).

A liberalização comercial também afeta negativamente os esforços para reduzir a pobreza. Como, aproximadamente, três quartas partes dos pobres vivem em áreas rurais, a pobreza jamais poderá ser efetivamente reduzida se não se aumenta consideravelmente a produtividade agrícola e o acesso dos produtos de países pobres ao mercado mundial. De fato, a deterioração dos preços dos produtos agrícolas constitui uma das principais causas da queda das rendas dos agricultores, perpetuando, desse modo, a pobreza rural. Se por um lado, é verdade que a redução dos preços pode beneficiar o consumidor em geral, por outro lado isso significa menores rendas para agricultores pobres e uma redução da demanda de produtos em zonas rurais. Além disso, as práticas protecionistas e os subsídios agrícolas dos países desenvolvidos são reconhecidos indiscutivelmente como as causas da baixa produção e renda agrícola dos países pobres. Em termos gerais, os subsídios anuais nos países da OCDE representam o equivalente a 6 vezes mais que seus níveis de ajuda ao desenvolvimento.

Por outro lado, enquanto as importações entre países desenvolvidos estão sujeitas a uma tarifa alfandegária de 1%, os produtos agrícolas dos países em desenvolvimento são taxados em 9% pelos Estados Unidos, e em 20% pela União Européia; as tarifas aplicadas aos têxteis são, em média, de 8.9 e 7.9, respectivamente. Essa assimetria está presente também na situação comercial da América Latina e no Caribe. Os países da região aplicam uma média de 8,5 % de tarifas aos produtos não-agrícolas (provenientes em sua maioria dos países industrializados), mas seus próprios produtos agrícolas são taxados em 20,4% nos países industrializados (Guadagni, 2004).

Da mesma forma, parece que o conhecido slogan de que os países em desenvolvimento devem aumentar sua produtividade aumentando o valor agregado de sua produção e exportação de *commodities*, também não sobrevive ao teste da realidade. Os Estados Unidos, para citar um exemplo, praticam uma tarifa alfandegária em produtos como o café, o cacau ou o açúcar que variam desde um mínimo de 8, mas que pode chegar até 80 vezes mais elevada quando esses produtos recebem algum tipo de elaboração. O cacau oferece uma boa ilustração disso, já que nem os Estados Unidos e nem a União Européia impõem tarifas as suas importações de grãos, mas o chocolate recebe uma imposição entre 15 e 30%. Isso talvez explique porque os países em desenvolvimento sejam responsáveis por

mais de 90% da produção mundial de cacau, mas por apenas 5% da produção de chocolate (Guadagni, 2004). Com base mais na realidade que na ideologia econômica dominante, é melhor que os países se esqueçam de agregar valor a sua produção agrícola, pois o custo e o esforço lhes podem sair mais caro que manter o *status quo* atual, igualmente perdedor.

Os comentários e análises introduzidos no presente parágrafo estão longe de insinuar uma incompatibilidade irrecuperável entre o regime e as práticas de livre comércio e a agenda social, particularmente a luta contra a iniquidade, das crescentes desigualdades, do esgotamento dos recursos naturais e da destruição do habitat. O que foi sugerido aqui em forma muito clara e sem subterfúgios constata que aos tradicionais desafios para a concretização de um desenvolvimento efetivamente sustentável, social, econômica e ambientalmente, somou-se agora os efeitos de uma globalização assimétrica e claramente “perdedora” para os países e sociedades em desenvolvimento, cujos fundamentos ideológicos cimentam o laço transportador do livre comércio. Livre para uns poucos, mas extremamente regulado para os outros. Na realidade e como sugere acertadamente Herman Daly, em lugar de utilizar o apetecível rótulo de “livre comércio” (ninguém estaria contra a idéia de *liberdade* em nenhuma de suas manifestações) deveríamos utilizar uma descrição mais exata como “comércio internacional desregulado” (Daly, 1993).

Em busca de um desenvolvimento social e ambientalmente sustentável

Apesar das reiteradas convocações, decisões e acordos obtidos pelos governos em sucessivas Cúpulas Mundiais, a insustentabilidade social e ambiental aumentou nas últimas décadas. As desigualdades econômicas e não-econômicas incrementaram-se em muitas partes do mundo, e muitas e novas formas de iniquidade se agravaram, tornando ainda mais difícil reverter as recentes tendências. Enfrentar essa *Encruzilhada da Desigualdade* requer esforços que consigam alcançar um equilíbrio entre forças socioeconômicas contrapostas. Mesmo que o crescimento econômico seja necessário, não é nunca foi uma condição suficiente para reduzir a pobreza e garantir um meio ambiente mais saudável.

Reverter as tendências atuais do aumento da brecha entre os indivíduos, grupos e países inteiros de incluídos e excluídos, requer um quadro político que ponha o ser humano no centro do desenvolvimento, um enfoque que considere o crescimento econômico como um meio para alcançar níveis maiores de bem estar social, e jamais como um fim em si mesmo, que proteja a qualidade de vida das gerações atuais e futuras e, em definitivo, que respeite a integridade dos sistemas que permitem a existência de vida no planeta. Então, afirmar que os seres humanos devem constituir o centro e a razão de ser do desenvolvimento, implica advogar um novo estilo de desenvolvimento que seja *ambientalmente* sustentável no acesso e uso dos recursos naturais, e na preservação da biodiversidade; que seja *socialmente* sustentável na redução da pobreza e da desigualdade e que promova a

justiça social; que seja *culturalmente* sustentável na conservação do sistema de valores, práticas e símbolos de identidade que determinam a integração nacional através do tempo; e que sejam *politicamente* sustentáveis ao examinar a fundo a democracia e garantir o acesso e a participação de todos os setores da sociedade na tomada de decisões. Este novo estilo está orientado por uma nova *ética* de desenvolvimento, uma em que os objetivos econômicos de crescimento estejam subordinados as leis que regem o funcionamento dos sistemas naturais, e subordinados também aos critérios de respeito à dignidade humana e de melhoramento da qualidade de vida das pessoas (Guimarães, 2001).

Entretanto, o desequilíbrio entre a globalização e o quadro regulador internacional tem produzido assimetrias que impedem o avanço da sustentabilidade, especialmente em países em desenvolvimento. No nível político e institucional existe a necessidade de criar os espaços necessários no sistema internacional para o provimento dos bens públicos globais, políticos, sociais e ambientais. Uma das ações mais urgentes nesse sentido é o estabelecimento de um parâmetro mínimo global para a proteção social, de modo que estabilize rendas, distribua os benefícios da globalização financeira e comercial e permita o surgimento de novas oportunidades produtivas e de progresso social. A harmonização, por exemplo, das disposições da OMC com outros acordos multilaterais que a antecederam e a sucedem em matéria social e ambiental continua sendo uma tarefa pendente e urgente.

Assim como foi resumido com muita propriedade pelo Secretario Geral das Nações Unidas, “milhões de pessoas ao redor do mundo experimentam (a globalização) não como um agente de progresso senão como uma força desagregadora e até destrutiva, enquanto outros milhões de pessoas são completamente excluídas de seus benefícios” (Grumberg e Khan, 2000). As medidas anunciadas recentemente estão na direção sugerida pelo Secretário Geral para emoldurar os esforços nacionais, regionais e globais que permitam “o fortalecimento dos mecanismos do governo global e que promovam uma globalização mais balanceada e mais inclusiva” (United Nations, 2004).

Resumindo, terá que ser restaurado o equilíbrio necessário entre as forças de mercado e o interesse público, especialmente feito através de uma regulação pública adequada e a supervisão por parte do Estado para contrapor os interesses da cidadania com os poderes fáticos, corporativos e do mercado. É neste contexto que o Estado continua oferecendo uma contribuição *única, necessária e indispensável* para o desenvolvimento (Guimarães, 1996). *Única* na medida em que sua lógica transcende a lógica das forças do mercado, especialmente em dimensões como a ética, a igualdade e a justiça social, e ao mesmo tempo incorpora os chamados “direitos difusos” próprios da cidadania, entre estes o direito a um meio ambiente saudável. *Necessária* porque a própria lógica da acumulação de capital exige a produção de “bens públicos” que não podem ser produzidos por agentes que competem no mercado, especialmente em mercados imperfeitos como aqueles das economias emergentes dos países em desenvolvimento. *Indispensável* na medida em que se ocupa de

assuntos como as mudanças climáticas, a deterioração da biodiversidade, e outros que não são suscetíveis de cálculos microeconômicos como taxas de desconto ou de rendimento, especialmente quando as gerações futuras (que por definição não podem participar no mercado atual) passam a ocupar um papel de destaque na agenda de desenvolvimento sustentável.

Vale lembrar também que os desafios da desigualdade social ou da deterioração do meio ambiente não podem ser definidos como problemas *individuais*. Muito pelo contrário, estes representam desafios sociais de caráter *coletivo*. Não faz sentido imaginar que é possível garantir o acesso à educação, à moradia, à saúde ou a um meio ambiente livre de poluição via mercado. Melhor dizendo, trata-se de recuperar práticas coletivas (solidárias) para satisfazer necessidades tanto materiais como espirituais para o bem estar do ser humano.

A persistência e, inclusive, o agravamento das várias formas de desigualdade e iniquidade global e nacional, não podem mais ser toleradas por uma sociedade que pretende ser civilizada. Graças a uma riqueza mundial sem paralelo na história da humanidade, graças a crescente disponibilidade de recursos financeiros e do talento científico e tecnológico, não existem mais desculpas para que a maior parcela da população mundial viva em condições de exclusão e de pobreza. As políticas macroeconômicas não podem mais continuar desconectadas da luta para a ampliação do espaço de bem estar e de equidade para todos os territórios e setores sociais. Mais cedo do que tarde, todos terão que pagar o preço da irresponsabilidade social e ambiental. Simplesmente o recrudescimento da violência e do terrorismo representa nada mais que a ponta visível de um *iceberg* na expectativa de um naufrágio da globalização que tantos progressos já conquistou em diversas áreas.

É exatamente nesse contexto que se devem canalizar os esforços para garantir que as reformas impulsionadas pelas forças de mercado, pelo sistema multilateral de comércio e pelas demais regras, instituições e agentes que governam a trama de relações econômicas internacionais não inviabilizem as possibilidades de materialização das dimensões mais progressistas do desenvolvimento sustentável. Isso não representa apenas um requisito para reduzir a pobreza e a desigualdade, fortalecer a integração social e conservar o planeta. Constitui de fato um imperativo ético e moral da humanidade e de cada indivíduo.

Referências bibliográficas

- ALTIMIR, O. Economic development and social equity: A Latin American perspective. *In Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, (summer/fall). 1996.
- ATKINSON, A. B. Income inequality in OECD countries: Notes and explanations. Mimeo. Oxford. 2003.
- BARRO, R. Economic growth in a cross section of countries. *In Quarterly Journal of Economics*, vol. 106, nº 2, 1991. p. 407-443.

- BARRO, R.; SALA-I-MARTIN, X. Convergence. *In Journal of Political Economy* (April), 1992. p. 100.
- BEHRMAN, J.; BIRDSALL, N.; SKELEZY, M. Economic reform and wage differentials in Latin America. *In IADB Research Working Paper*, n° 435. Washington, D.C.: Inter-American Development Bank. 2000.
- BERRY, A.; SERIEUX, J. Riding the elephants: The evolution of world economic growth and income distribution at the end of the 20th century (1980-2000). Toronto: Centre for International Studies, University of Toronto. 2002. Inédito.
- BERRY, A.; SERIEUX, J. All about the giants: probing the influences on world growth and income inequality at the end of the 20th century. *In CESIFO Economic Studies*, vol. 50, n°1. Center for Economic Studies and Institute for Economic Research. 2004. p. 139-175.
- BOURGUIGNON, F.; MORRISON, C.. Inequality among world citizens: 1820-1992. *In American Economic Review*, vol. 92, n° 4 (September). 2002.
- CAPRIO, G.; KLINGEBIEL, D. Bank insolvencies: cross country experience. *In World Bank Policy Research Working Paper*, n°1620. Washington, D.C.: World Bank. 1996.
- CHARMES, Jacques. Informal sector, poverty, and gender: A review of empirical evidence. Background paper commissioned for the **World Development Report, 2000/2001**. Washington, D.C.: World Bank. 1998.
- CHEN, S.; RAVALLION, M. How did the world's poorest fare in the 1990s? *In World Bank Policy Research Working Series*, Paper n° 2.409. Washington, D.C.: World Bank Development Research Group. 2000.
- CHOPRA, M.; GALBRAITH, S.; DARNTON-HILL, I. A global response to a global problem: The epidemic of overnutrition. *In Bulletin of the World Health Organization*, vol. 80, n° 12. Geneva: World Health Organization. 2002.
- CHU, K.; DAVOODI, H.; GUPTA, S. Income distribution and tax and government social spending policies in developing countries. *In Working Paper*, n° 214. Helsinki: United Nations University/World Institute for Development Economics Research (UNU/WIDER). 2000.
- CORNIA, G. A. Inequality, growth and poverty: An overview of changes over the last two decades. **Inequality, growth, and poverty in an era of liberalization and globalization**. Oxford: Oxford University Press. 2004.
- CORNIA, G. A.; ADDISON, T.; KIISKI, S. Income distribution changes and their impact in the post-World War II period. *In* CORNIA, G. A. (ed.). **Inequality, Growth and Poverty in an era of Liberalization and Globalization**. Oxford: Oxford University Press. 2004.
- CORNIA, G. A.; COURT, J. Inequality, growth and poverty in an era of liberalization and globalization. **Policy Brief**, n° 4. Helsinki: United Nations University/World Institute for Development Economics Research (UNU/WIDER). 2001.
- DALY, Herman E. Perils of free trade. *In Scientific American*, vol. 29, n° 5, November, 1993. pp. 50-57.

- DE GRAAF, P. M.; KALMIJN, M. Trends in the intergenerational transmission of cultural and economic status. *Acta Sociológica*, vol. 44, 2001. pp. 51-66.
- DIWAN, I. Labour Shares and Financial Crises. Preliminary draft. Washington, D.C.: World Bank. 1999.
- EASTERLY, W. The effect of IMF and World Bank programs on poverty. Trabalho preparado para a United Nations University/World Institute for Development Economics Research (UNU/WIDER). Development Conference on Growth and Poverty, Helsinki, 25-26 May. 2001.
- FLEGAL, K. M. *et al.* Overweight and obesity in the United States: Prevalence and trends, 1960-1994. *International Journal of Obesity and Related Metabolic Disorders*, vol. 22, n° 1, 1998, pp. 39-47.
- FOOD and Agriculture Organization of the United Nations. The State of Food Insecurity in the World, 2004: Monitoring Progress towards the World Food Summit and Millennium Development Goals. Rome: FAO. 2004.
- GALBRAITH, J. K.; JIAQING, L. Inequality and financial crises: Some early findings. **University of Texas Inequality Project Working Paper**, n° 9. School of Public Affairs. 1999.
- GRUMBERG, I.; KHAN, S. **Globalization: The United Nations development dialogue. Finance, trade, poverty, peace-building.** New York: United Nations University Press. 2000.
- GUADAGNI, A. A. Comercio, Desarrollo y Pobreza. Available from <http://www.eclac.cl/prensa/noticias/comunicados/1/14671/GuadagnipresentacionCEPAL040504.pdf>, 2004. pp. 22-25.
- GUIMARÃES, R. P. ¿El leviatán en extinción? Notas sobre la reforma del Estado en América Latina. *Pretextos*, n° 9, Noviembre, 1996. pp. 115-143.
- GUIMARÃES, R. P. Tierra de sombras: Desafíos de la sustentabilidad y del desarrollo territorial y local ante la globalización. *Serie Medio Ambiente y Desarrollo*, n° 68 (LC/L.1965-P). Santiago de Chile: CEPAL, Septiembre. 2003.
- GUIMARÃES, R. P. Waiting for Godot: Sustainable development, international trade and governance in environmental policies. *Contemporary Politics*, vol.10, n°s 3-4, September-December. 2004.
- GUSTAFFSON, B.; JOHANSSON, M. In search of smoking guns: What makes income inequality vary over time in different countries? *American Sociological Review*, vol. 64. 1999. pp. 586-605.
- HARRISON, B.; BLUSTONE, B. **The great u-turn.** New York: Basic Books. 1988.
- INSTITUTO DE PROMOCIÓN DE LA ECONOMÍA SOCIAL. **IPES 1998/1999: Facing up to inequality in Latin America.** Washington, D.C.: Inter-American Development Bank. 1999.
- INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND WORLD WILDLIFE FUND. **Private rights, public problems: A guide to Nafta's controversial chapter on investor rights.** Winnipeg: International Institute for Sustainable Development. 2001.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. Report of the World Commission on the Social Dimension of Globalization – A fair globalization: Creating opportunities for all. Geneva: International Labour Office, 2004. paras. 262-264.

- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **World Employment Report 2004-05: Employment, Productivity and Poverty Reduction**. Geneva: International Labour Office. 2005a. p. 24.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Decent work: The heart of social progress**. Disponível em <http://www.ilo.org/public/english/decent.htm>, 2005b. Acesso em 2 de maio de 2005.
- JACKSON, T.; MICHAELIS, L. **Policies for Sustainable Consumption: A Report to the Sustainable Development Commission**. Londres. 2003.
- LINDERT, P.; WILLIAMSON, J. Does globalisation make the world more equal? *In* **NBER Working Paper**, n° 8.228. Trabalho apresentado no National Bureau of Economic Research Conference on Globalization in Historical Perspective, Santa Bárbara, Califórnia, 3-6 May. 2001.
- MELCHIOR, A.; TELLE, K.; WIIG, H. **Globalisation and inequality. Studies on Foreign Policy Issues**, Report 6B. Oslo: Royal Norwegian Ministry of Foreign Affairs. 2000.
- NORWEGIAN AGENCY FOR DEVELOPMENT COOPERATION. **Review of Nordic Monitoring of the World Bank and IMF Support to the PRSP Process**. Oslo. 2003. p. 23.
- OCAMPO, J. A. Developing countries' anti-cyclical policies in a globalized world. *In* DUTT, A.; ROS, J. (eds.). **Development economics and structuralist macroeconomics: Essays in honour of Lance Taylor**. Cheltenham: Edward Elgar. 2002.
- OCAMPO, J. A. Latin America's growth and equity frustrations during structural reforms. *In* **Journal of Economic Perspectives**, vol. 18, n° 2, 2004. p. 82.
- OCAMPO, J. A. Globalization, Development and Democracy. *In* **Items and Issues**, vol. 5, n° 3. 2005. pp. 11-20.
- OCAMPO, J. A.; MARTIN, J. **Globalization and development: A Latin American and Caribbean Perspective**. Palo Alto, California: Stanford University Press; and Santiago de Chile, Economic Commission for Latin America and the Caribbean. 2003.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **Final ODA Data for 2003**. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/19/52/34352584.pdf>, 2003. Acesso em 12 de maio de 2005.
- SAINZ, P. Poverty, unemployment and income distribution evolution in the nineties. Trabalho preparado para o workshop sobre Estudos Regionais, em 17 e 18 de junho, em preparação para o Quarto Encontro do Fórum Internacional para o Desenvolvimento Social: Equidade, desigualdade e interdependência, ocorrido em New York, 5 e 6 de outubro de 2004.
- SALA-I-Martin, X. The disturbing "rise" of global income inequality. **NBER Working Paper**, n° 8.902. Cambridge, Massachusetts: National Bureau of Economic Research. April. 2002.
- TAYLOR, L. External liberalization, economic performance, and distribution in Latin America and elsewhere. *In* CORNIA, G. A. (ed.). **Inequality, growth, and poverty in an Era of liberalization and globalization**. Oxford: Oxford University Press. 2004.
- UNITED NATIONS. **Changing Consumption and Production Patterns: Report of the Secretary-General**. E/CN.17/1996/5. 30 January. Submitted to the Commission on Sustainable Development at its fourth session, New York, 18 April-3 May. 1996.

UNITED NATIONS. Review of the further implementation of the World Summit for Social Development and the outcome of the twenty-fourth special session of the General Assembly: Report of the Secretary-General. E/CN.5/2005/6. 1 December 2004. Submitted to the Commission for Social Development at its forty-third session, 9-18 February 2005. 2004.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. Human Development Report, 1998: Changing today's consumption patterns, for tomorrow's human development. Sales n° 98.III.B.41. New York: Oxford University Press. Overview, 1998.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. The Sustainability of development in Latin America and the Caribbean. Sales n° E.02.II.G.48. Santiago de Chile: Economic Commission for Latin America and the Caribbean. 2002. pp. 147-148.

UNITED NATIONS UNIVERSITY/World Institute for Development Economics Research. **World Income Inequality Database**, version 2.0 beta, 3 December. 2004.

WALLACH, L.; SFORZA, M. **World trade organization**: Corporate globalization and the erosion of democracy. Washington, D.C., Public Citizen's Trade Watch. 1999.

WEEKS, J. Trends in Inequality in the Developed OECD Countries: Changing the Agenda. Trabalho preparado para o workshop sobre Estudos Regionais, em 17 e 18 de junho, em preparação para o Quarto Encontro do Fórum Internacional para o Desenvolvimento Social: Equidade, desigualdade e interdependência, ocorrido em New York, 5 e 6 de outubro de 2004.

WORLD BANK. *World Development Report, 2000/2001: Attacking Poverty*. New York: Oxford University Press. 2000.

WORLD BANK. *Inequality in Latin America: Breaking with History?* Washington, D.C.: Oxford University Press. 2004a.

WORLD BANK. *Social Development in the World Bank Operations: Results and Way Forward*. Washington, D.C., The World Bank. 2004b. p. 17.

WORLD BANK. *Global Economic Prospects, 2005: Trade, Regionalism and Development*. Washington, D.C.: The World Bank. 2004c. p. 13.

WORLD ECOLOGY REPORT, vol. XVII, n° 1. Spring. 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Obesity and overweight. Global strategy on diet, physical activity and Health*. Disponível em <http://www.who.int/dietphysicalactivity/publications/facts/obesity/en/>, 2005a. Acesso em 12 de abril de 2005).

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The World Health Report**: Making every mother and child count. Geneva. 2005b.

WORLDWATCH INSTITUTE. Severe weather events on the rise. **Vital Signs, 2003**. New York: W.W. Norton and Company. 2003.